

**João Gomes Cravinho**

Ministro da Defesa Nacional

**Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, na apresentação do livro “70 anos de Portugal na Aliança Atlântica”**

Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, 3 de maio de 2021

Agradeço esta oportunidade de partilhar umas brevíssimas reflexões, sobretudo para sublinhar três aspetos que, no meu entender, esta obra evidencia, relativamente ao lugar da Aliança Atlântica na segurança e defesa de Portugal, e no lugar de Portugal na renovação da Aliança Atlântica quanto ao alinhamento político e securitário no espaço euro-atlântico.

O primeiro aspeto prende-se com a renovada centralidade **do Atlântico** para a segurança dos Estados europeus e norte-americanos. Considerando o desafio evidente que a Ásia representa à liderança Euro-Atlântica como motor do poder mundial, é da maior importância não perder noção daquilo que é hoje o Atlântico.

Efetivamente, enquanto surgem desafios no Índico ou no Pacífico, temos de estar atentos às consequências das novas formas de acesso ao Atlântico, por via do Mar Negro e por via do degelo do Ártico, criando novas rotas e novos perigos. Verifica-se hoje, no Atlântico, uma assiduidade muito maior na presença de potências não atlânticas, algo que não nos pode deixar indiferentes. Investir na segurança do Atlântico deve continuar a ser uma prioridade da Aliança Atlântica, já que, se não garantirmos a vitalidade do elo transatlântico, que requer um Atlântico livre de ameaças, não estaremos em condições de projetar poder para outros espaços.

O segundo aspeto que gostaria de referir, prende-se com as importantes **relações entre a NATO e a União Europeia**. Face

ao impulso que a Política Comum de Segurança e Defesa tem sentido, desde a adoção da Estratégia Global da UE, em 2016, tem-se tornado urgente para os 21 países que são simultaneamente membros da EU e da NATO, como é o caso de Portugal, que haja um alinhamento de prioridades, de investimentos e de solicitações.

Cada país tem apenas um conjunto de forças que deve ser gerido de forma conjunta e integrada, assegurando, simultaneamente, as missões nacionais e os compromissos internacionais.

Portugal tem procurado, de forma sistemática, reiterar esta preocupação, através de uma abordagem de aproximação

entre as duas instituições, aliás, com amplo eco em outros Estados Membros da União Europeia, como ficou bem patente no encontro de Ministros de Defesa da UE que promovemos em Queluz, no final do mês de abril. No exercício da atual Presidência do Conselho da União Europeia, identificámos o alinhamento dos processos de reflexão estratégica em curso na UE e na NATO como uma das prioridades permitindo certamente um contexto de maior complementaridade, de partilha de responsabilidades e de encargos entre as duas organizações, indo ao encontro dos interesses nacionais e da desejável eficácia na utilização dos nossos meios.

Por fim o terceiro aspeto que gostaria de referir prende-se com as **rápidas transformações tecnológicas** que estão em curso e que, tudo indica, virão a ocupar um lugar de destaque na reorganização das relações internacionais nas próximas décadas. Esta questão não é nova para a Aliança Atlântica, que manteve ao longo das suas mais de 7 décadas, superioridade tecnológica face aos seus adversários. A novidade reside no alcance dos impactos destas alterações tecnológicas nas sociedades que a Aliança defende. Quando falamos de inovação quântica, de robotização e inteligência artificial, de ciberdefesa, ou de sistemas espaciais, rapidamente percebemos que os impactos das disrupções podem ser catastróficos – como bem nos mostra aliás a atual pandemia que estamos a viver.

Por isso, será necessário acompanhar os inevitáveis avanços tecnológicos com medidas de proteção e resiliência ao nível da sociedade, e com uma organização das nossas forças armadas para os desafios do presente e do futuro, que são diferentes dos do passado. Estes caminhos são os que nos permitem projetar Portugal como Aliado, na linha da frente da renovação da Aliança.

Muito obrigado a todos e a todas e uma vez mais parabéns ao Estado Maior-General das Forças Armadas, aos coordenadores do volume e aos autores e autoras por esta notável coleção de artigos.